

APRESENTAÇÃO

Com 25 anos de existência, a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) saiu da cimeira de Luanda, em julho de 2021, mais fortalecida e pronta para novos desafios. Da mobilidade entre os diferentes países até ao desenvolvimento sustentável, de questões de defesa às políticas de língua, a CPLP entra numa nova fase.

No que toca à língua portuguesa, foi adotado pela XIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo o Plano de Ação da Praia (2021), que teve como principais tópicos:

- as políticas públicas para a promoção da leitura;
- a diversidade na escrita literária em língua portuguesa;
- o ensino da língua portuguesa em contexto de mobilidade;
- a ciência, investigação e inovação em língua portuguesa;
- tecnologia e economias criativas – cenários emergentes em língua portuguesa.

Sabemos que, na CPLP, “a língua portuguesa não está sozinha” (AGUALUSA, 2019). Assumindo a “importância da gestão pluricêntrica da língua portuguesa”, foi enfatizada “a premência do papel das Comissões Nacionais de todos os

Estados-Membros para apoiar o ILLP na promoção e difusão da língua portuguesa” (<https://www.cplp.org/>).

Neste dossiê da revista *Caderno Seminal*, gostaríamos de fazer um balanço em relação à situação linguística e às políticas linguísticas de alguns países da CPLP, onde o português convive com outras línguas, tendo como pano de fundo a efeméride comemorada e as propostas para o futuro. Assim, incluímos textos a partir de perspectivas de diferentes países da CPLP: Brasil, Moçambique, Angola e Timor.

No texto de Neusa Bastos, “Lusofonia: uma questão de pertencimento histórico-social-político-cultural”, a autora defende e justifica o uso do termo algo polémico “lusofonia” e apresenta justificações históricas, culturais e linguísticas para as pesquisas que têm sido feitas nesse campo por duas instituições em que desenvolve a sua investigação: a PUC-São Paulo e a Universidade Mackenzie. Chama a atenção para o plurilinguismo e a diversidade cultural dos falantes de Língua Portuguesa, tenha ela o estatuto que tiver. O artigo acaba com uma lista de colaboração interuniversitária de vários países em que a língua portuguesa está presente, testemunhando a tese da autora de que as instituições por si referidas promovem, defendem e difundem a Língua Portuguesa em contextos muito diversos.

Moçambique está contemplado no texto de Sarita Monjane Henriksen intitulado “Documentando a superdiversidade – o contributo da dialectologia e interdisciplinaridade na construção de um Atlas Linguístico de Moçambique”. A autora, especialista de política linguística moçambicana, defende o uso de métodos oriundos da sociolinguística e da dialetologia para a construção de um atlas linguístico, capaz de dar conta da complexa situação linguística de Moçambique. Mostra como as diferenças de números quanto às línguas faladas em Moçambique decorrem de não ter sido devidamente estudado se, por vezes, estamos perante línguas diferentes ou variedades de uma mesma língua. Neste texto, Sarita Henriksen advoga a adoção de uma política linguística que proteja a vitalidade das línguas nacionais, sejam minoritárias ou maioritárias, proteção para a qual o ensino das línguas amplamente contribui. A entrada, em Moçambique, de grupos étnicos e linguísticos vindos de outros países, torna a diversidade moçambicana ainda maior e mais desafiante.

Jefferson Evaristo, no artigo “Nomenclaturas da língua portuguesa nos planos de ação da CPLP: português língua o quê?”, equaciona o modo como a língua portuguesa é projetada internacionalmente, tendo em conta a diversidade

de dimensões a que tem vindo a ser associada, como: língua de documentação, língua de trabalho, língua estrangeira, língua materna e não materna, língua internacional, língua segunda, língua de herança, língua pluricêntrica, língua de acolhimento. Estas designações surgem referidas nos quatro *Planos de Ação para a Promoção, a Difusão e a Projeção da Língua Portuguesa*, que a CPLP produziu entre 2010 e 2021, corpus a partir do qual o autor realizou o seu estudo. Salvaguardando a relevância e o mérito destes documentos, que materializam a ação conjunto dos Estados membros em prol da promoção, da difusão e da projeção da língua portuguesa, o autor constata a diversidade de perspetivas a partir das quais a língua portuguesa tem vindo a ser representada, advogando um enfoque mais incisivo e estrategicamente mais focado para a sua representação de modo a criar uma imagem mais coesa e a fortalecer o seu impacto no plano internacional.

Bernardino Valente Calossa e Queneth José Pires António, em “O futuro do português em Angola: que conceções?”, trazem um contributo relevante para o debate em torno da constituição de uma norma angolana para o português. Num estudo realizado com 335 universitários (docentes e estudantes), para captação das perceções relativas à

variedade do português em Angola e à possível constituição de uma norma, os autores revelam estar em curso um processo de rotura relativamente à assunção do português europeu como norma, preferência dos informantes mais velhos, em contraste com os mais jovens, que preferem como norma a boa pronúncia e a boa expressão do português angolano. Revelam ainda a existência de ceticismo por parte dos participantes em relação à eleição de um dialeto e de um grupo socioprofissional locais para efeitos de constituição da norma. Tendo em conta os resultados produtivos para o aprofundamento do debate em torno do futuro do português em Angola, os autores recomendam a realização de um estudo com uma amostra representativa para consolidação dos dados exploratórios.

Leonardo Ferreira Kaltner e Viviane Teixeira convidam a “Olhar para o futuro pela História: sobre a implantação da língua portuguesa no Brasil”. Revisitam a *Carta de Pero Vaz de Caminha*, de 1500, em particular a passagem relativa à primeira missa na então chamada Ilha da Vera Cruz, aos 26 de abril de 1500, quatro dias depois da chegada da armada, num domingo de Pascoela. Perspetivando essa missa sob o prisma do contacto linguístico entre europeus e indígenas tupiniquins, é salientada a dimensão intercultural, num

momento em que todo o contacto linguístico era apenas gestual e visual, e mesmo musical, pois nem mesmo havia um *pidgin* estabelecido. Os autores incidem sobre a *Carta de Pêro Vaz de Caminha* um olhar de interpretação crítica, de natureza decolonial, sublinhando nela sobretudo o processo intercultural de que emerge o património cultural comum aos membros da CPLP. Esse património cultural comum é visto como ponto de interseção para cooperações que, reinterpretadas a partir dos pressupostos do Plano da Praia, de 2021, permitam atualizar as relações interculturais e projetar o futuro da língua portuguesa.

No texto “Percepções dos tradutores timorenses sobre a formação de tradução em Timor-Leste”, Paulo Henriques e Rui Ramos, depois de traçarem um breve panorama da complexa situação linguística de Timor, focam a sua atenção nas percepções de um grupo específico de profissionais, a saber os funcionários dos serviços de tradução de alguns organismos do Estado timorense.

As entrevistas feitas a responsáveis dos serviços e os inquéritos por questionário aplicados aos tradutores, centraram-se na recolha de informações sobre que tipo de tarefas executam esses profissionais, qual foi a sua formação inicial (na verdade, não têm formação específica em tradução)

e, sobretudo, quais as suas opiniões sobre as necessidades de formação contínua ou outra, por exemplo: pós-graduada. O objetivo final do trabalho é propor uma ação consistente do Estado na área da formação de tradutores, no jovem país asiático. De destacar, nos resultados apurados, a consciência profissional dos tradutores sobre necessidades imediatas de formação, nomeadamente em língua portuguesa, mas também em estudos de tradução. Essa consciência decorre da respetiva prática profissional e de lidarem com as dificuldades da população no que concerne ao uso das duas línguas oficiais (tétum e português), a par das inúmeras línguas nativas e, ainda, do bahasa indonésia e do inglês, línguas de trabalho.

Este conjunto de textos vem ajudar a preencher peças do puzzle ainda em falta num maior conhecimento da situação linguística dos vários países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, nos seus 25 anos. A par da língua que nos une, uma língua pluricêntrica e vária, há um conjunto de outras inúmeras e muito diversas línguas com as quais o português convive, muitas vezes até no mesmo falante e em competição. Que a Língua Portuguesa saiba avançar com todas as outras variadíssimas línguas com que coexiste, nos contextos multilingues e multiculturais como os da CPLP, é o melhor voto que podemos fazer para os próximos anos.

Como escreveu Margarita Correia há pouco tempo, no *Diário de Notícias* (02/05/2022):

À língua portuguesa não lhe basta, porém, ter muitos milhões de falantes, ou, melhor dizendo, os países que a tomaram como sua serem demograficamente jovens e cheios de vitalidade. À língua portuguesa não basta ser uma das mais faladas do mundo se os seus falantes não puderem chamar-lhe sua. Para ser verdadeiramente grande, a língua portuguesa deve crescer sem desertificar tudo à sua volta, criando terreno fértil para habitar com outras línguas, tornar-se cada vez mais mestiça, multicolorida e multifacetada, mais rica, mais fortalecida pelos contributos das línguas e das culturas que com ela se irmanam.

Os organizadores,
André Nemi Conforte (UERJ, Brasil)
Isabel Margarida Duarte (UPorto, Portugal)
Sónia Valente Rodrigues (UPorto, Portugal)